

ENCONTROS DE ESTRANHOS ALÉM DO “MAR OCEANO”

Sílvio Coelho dos Santos

Os povos indígenas que ocupavam o que é hoje o território brasileiro sofreram impactos terríveis e crescentes com a chegada dos europeus.

A disseminação de doenças, a escravidão e a desorganização social e econômica aniquilaram muito rapidamente a maioria desses povos, que receberam com curiosidade e amizade os estranhos “brancos” que chegaram ao litoral desta parte do Atlântico. O presente artigo pretende documentar essa realidade dramática, dando particular relevo ao que aconteceu no que é hoje a região Sul do Brasil, por intermédio de um estudo sobre as relações travadas entre os xokleng e os descendentes de europeus a partir do século XIX.

Os povos indígenas ocupantes, no século XVI, do que é hoje o território brasileiro, sofreram impactos terríveis e crescentes com a chegada dos europeus.¹ A disseminação de doenças, a escravidão e a desorganização social e econômica aniquilaram muito rapidamente a maioria desses povos, que receberam com curiosidade e amizade os estranhos “brancos” que chegaram ao litoral desta parte do Atlântico.

O processo de dominação não foi uniforme e se estendeu pelos séculos seguintes, chegando aos nossos dias. Também não foi diferente do que ocorreu em outras partes da América. Contudo, não se pode deixar de enfatizar que, para algumas populações, foram os primeiros contatos com os “brancos” que determinaram o seu fim. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que no século imediato à chegada dos europeus à América ocorreu o maior genocídio da história humana. O atual território do México, por exemplo, contava com uma população de 25 milhões de pessoas à época da conquista. Por volta de 1650, contabilizavam-se nesse país cerca de 120 mil “brancos”, 130 mil mestiços e 1 milhão e 270 mil indígenas sobreviventes (cf. Bartolomé 1997: 25). O império incaico, que atingia o Peru e partes dos atuais Chile, Bolívia e Equador, tinha uma população de cerca de 20 milhões de indígenas. Dez anos após a conquista de Pizarro (1532), cerca de 4 milhões haviam sido mortos (Santos 1998: 37).

Como exemplo dessa realidade dramática no Brasil, dou atenção particular ao que aconteceu no que é hoje a região Sul e, mais especificamente, às relações travadas entre os xokleng e os descendentes de europeus, a partir do século XIX.

¹ Com modificações, partes deste trabalho foram apresentadas anteriormente em “O Homem do Sul”, *Fronteira: O Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, Alhambra, 1996, 253-275, e *Os Índios Xokleng: Memória Visual*, Florianópolis, editora da UFSC/UNIVALI, 1997. A versão completa foi divulgada em 1999, durante programação realizada pela UFSC e a FURB, com o título “Brasil: 500 Anos de Encontros e Desencontros”.

O contexto histórico dos primeiros encontros

O Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494, garantiu para os portugueses o domínio de um quinto do Brasil que conhecemos hoje. No sul, a linha de Tordesilhas passava na altura da cidade de Laguna (no estado de Santa Catarina). Os espanhóis contestavam esta referência e afirmavam que a Ilha de Santa Catarina e o litoral fronteiro lhes pertenciam. Esta discussão prolongou-se pelos séculos seguintes, tempo em que muitas sagas foram vividas para se chegar ao Sul de hoje.

A viagem de Cabral às Índias, em 1500, permitiu que Portugal tomasse posse das terras do Brasil e, em seguida, promovesse expedições para garantir o seu reconhecimento. As expedições de 1501 e 1503 percorreram boa parte do litoral. Mas não se tem certeza até onde os navegadores chegaram ao sul.

Era uma época não só de descobertas territoriais, mas de novas conquistas tecnológicas, como a bússola, o sextante, a caravela, a pólvora, a imprensa, o papel. Muitas dessas inovações chegaram aos europeus através dos muçulmanos e dos povos do Oriente. Ao domínio das correntes marítimas e dos ventos, juntava-se o desejo de aventura, de conquista de riquezas e de expansão do catolicismo. Reis, navegadores, aventureiros, padres e comerciantes aliaram-se nesse projeto de expansão da Europa.

Mas não foram os portugueses, ou os espanhóis, que chegaram primeiro às terras do Sul do Brasil. A façanha foi realizada por Binot Paulmier de Gonneville, comandante do navio francês *Espoir*, que em 1504 chegou a ilha de São Francisco, em Santa Catarina. A expedição de Gonneville havia sido financiada por comerciantes da Normandia e pretendia chegar às terras austrais com o objetivo de estabelecer uma nova rota de comércio.

As expedições ao litoral sul foram diversas. O espanhol Juan Dias Solís, apoiado pela coroa espanhola, chegou ao rio da Prata em 1512. O objetivo deste navegador era descobrir uma passagem para o Pacífico que permitisse a Espanha dominar uma nova rota para as Índias. Em 1514, Dom Nuno Manuel, navegador português, percorreu o Sul do Brasil, atingindo o atual Uruguai. Solís voltou em 1515. Sua expedição fracassou, devido a um encontro mal sucedido com os índios na margem uruguaia do rio da Prata. Alguns sobreviventes dessa aventura acabaram ficando na Ilha de Santa Catarina em consequência do naufrágio de um dos navios. Estes foram os primeiros habitantes europeus das terras do Sul. Em 1524, um desses sobreviventes, Aleixo Garcia, auxiliado pelos índios, chegou até a região onde se situa o Paraguai.

O navegador português Cristóvão Jacques percorreu também o Atlântico Sul até o rio da Prata. Fernão de Magalhães descobriu o estreito que leva seu nome, no extremo da Patagônia, ao realizar a primeira viagem de circunavegação da Terra (1519-1521). Muitos navegadores se aventuraram pelos

mares do sul, ampliando o conhecimento sobre a costa e tentando o encontro de riquezas. Alguns começaram a explorar o rio da Prata, ambicionando chegar ao Peru. Outros seguiam rumo às Índias, através do Pacífico. O fato é que as embarcações necessitavam de reparos e as tripulações de víveres e de descanso, após os três ou quatro meses de travessia do Atlântico. O recortado litoral dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina, com magníficas enseadas, era estratégico. Por isso, não é de se estranhar que navegadores de diferentes bandeiras por aqui aportassem. Ou que muitos naufragos e desertores se deixassem ficar. Afinal, os indígenas habitantes do litoral sul, logo denominados “carijó”, eram afáveis e receberam bem, pelo menos no início, os estranhos europeus.

À época da chegada dos portugueses, o Brasil possuía uma população indígena calculada em 4 a 6 milhões de indivíduos. Esta população era dividida em diferentes povos, que tinham uma larga experiência em relação a natureza. A presença desses contingentes no litoral sul do Brasil remontava a cerca de cinco mil anos. Na região dos rios Paraná/Uruguai, esta ocupação era mais antiga, chegando a oito mil anos. O litoral era domínio dos tupi-guarani. No interior, outros grupos tinham seus territórios tradicionais.

A catequese foi logo iniciada. Integrantes da Ordem dos Jesuítas, criada por Santo Inácio de Loyola (1534), se dedicaram a conversão do gentio. Mas o índio foi logo usado como escravo nos empreendimentos econômicos que começaram a surgir. Pouco adiantou o Papa Paulo III, em 1537, ter reconhecido que os índios eram homens e que deveriam ser convertidos e respeitados.

A fundação de São Vicente, por Martim Afonso de Souza, em 1534, no litoral de São Paulo, iniciou o processo de exploração das terras da colônia e acelerou a submissão dos indígenas. Não poucas vezes os padres protestaram, sem êxito, ao rei contra a violência que praticavam os conquistadores, fossem portugueses ou espanhóis.

No Sul, padres missionaram em aldeias localizadas nas imediações de Paranaguá, São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna. Ao mesmo tempo, incrementaram-se as expedições em busca de escravos índios. A disseminação de doenças, como a gripe, a varíola, o sarampo, a tuberculose, tornou-se comum. Entre Cananéia e Laguna, os carijó desapareceram no primeiro século da invasão européia.

O reconhecimento das terras entre o mar e a Serra Geral foi rápido. Ocorreu, além da preação de índios, da exploração de madeiras e de produtos agrícolas de domínio indígena, a busca de jazidas de ouro e de pedras preciosas. De São Paulo, fundado em 1554, partiram para o interior grupos de aventureiros em busca de riquezas e de escravos. Em direção ao sul-sudoeste, os rios Tietê, Paranapanema e Paraná assumiram o papel de rotas de penetração.

Muitos paulistas, que vinham ao sul capturar índios para vendê-los como escravos nos mercados de São Vicente e Bahia, foram se fixando no litoral. A união das coroas espanhola e portuguesa, entre 1580 e 1640, aboliu os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas. Os aventureiros puderam, assim, explorar livremente o sertão e, quase que por um paradoxo, asseguraram a formação do que atualmente é o Sul do Brasil.

Os xokleng e a dramática experiência vivida com os “brancos”

Durante séculos, os índios xokleng dominaram as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Eram nômades. Viviam da caça e da coleta. A mata atlântica e os bosques de pinheiros (araucária) forneciam tudo o que necessitavam para sobreviver. Caçavam diferentes tipos de animais e aves, coletavam mel, frutos e raízes silvestres. E tinham o pinhão como um dos principais recursos alimentares.

O território que ocupavam não tinha contornos bem definidos. As rotas de perambulação eram freqüentadas de acordo com o seu potencial em suprir, através da caça e da coleta, as necessidades alimentares do grupo. Mantinham uma disputa secular com os guarani e os kaingang para o controle desse território. Os guarani dominavam extensa parte do planalto, as margens dos rios que integram as bacias do Paraná/Paraguai e o litoral. Os kaingang eram senhores das terras interiores do planalto. Todos pretendiam o domínio dos fabulosos recursos protéicos representados pelos bosques de pinheiros e a fauna associada ao pinhão. Dessa forma, os xokleng tinham nas florestas que se localizavam entre o litoral e o planalto o seu território de domínio e de refúgio. Ao norte, chegavam até a altura de Paranaguá; ao sul, até as proximidades de Porto Alegre; ao noroeste, dominavam as florestas que chegavam até o rio Iguaçu e os campos de Palmas.

Entre excursões de caça e coleta, a vida fluía. Os homens fabricavam arcos, flechas, lanças e diversos outros artefatos necessários ao cotidiano. As mulheres teciam com fibra de urtiga mantas que serviam de agasalho nas noites de inverno; cuidavam das crianças; faziam pequenas panelas de barro e cestos de taquara para a guarda de alimentos; limpavam animais e aves; cuidavam do preparo da comida; colhiam, estocavam e maceravam o pinhão e com ele faziam um tipo de farinha; cozinhavam ou moqueavam peças de carne dos animais e aves abatidos; preparavam bebidas fermentadas com mel e xaxim. Quando o grupo se deslocava, as mulheres carregavam toda a tralha doméstica. As crianças iam sendo socializadas na vida cotidiana do grupo, num processo crescente de aprendizado que lhes deveria garantir a sobrevivência futura. O mundo dos xokleng não era um paraíso como muitos podem imaginar. Era um mundo de forte interdependência com a natureza.

Os sucessos alcançados eram conseqüência do esforço individual e coletivo, e baseados nos saberes que diversas gerações haviam desenvolvido para aproveitar aquele espaço ecológico que elegeram como o seu habitat. As doenças eram raras. O frio do inverno e as chuvas eram enfrentados como fatos da natureza. Os acampamentos não passavam da construção de simples pára-ventos, aproveitando ramos de árvores que eram devidamente arqueados e cobertos de folhas de palmeira. Outras vezes, se o tempo era favorável, dormiam ao relento. O fogo, aceso toda a noite, a todos aquecia.

Os xokleng formavam um povo. Tinham língua, cultura e território que os diferenciavam dos outros povos indígenas, tais como os guarani e os kaingang. Viviam separados em grupos, que quase sempre mantinham disputas entre si. A família, o sexo, o nascimento de crianças, a vida em grupo, a parceria nas atividades de caça e coleta, a divisão dos alimentos entre todos, as festas, as disputas e a morte faziam parte do cotidiano. Não tinham uma autodenominação específica. Se identificavam a si próprios como “nós” e a todos os estranhos como os “outros”. O nome xokleng é apenas uma palavra de seu vocabulário pela qual eles foram identificados na literatura antropológica. Regionalmente, continuam a ser os botocudos, em conseqüência do uso pelos homens de um enfeite labial, denominado tembetá, ou os bugres, termo pejorativo também dado pelos brancos.²

Darcy Ribeiro conta em seu livro *Os Índios e a Civilização* (1977: 318-320) que ouviu de Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, responsável pela contatação dos xokleng no Alto Vale do Itajaí, uma narração mítica de como os índios haviam travado o primeiro contato com o homem branco. Durante uma expedição de caça, alguns índios observaram uma trilha diferente, na qual o mato estava cortado de forma nova e estranha, frente à prática indígena de simplesmente afastar ou torcer os ramos que dificultam a caminhada na floresta. Curiosos, adiante se depararam com o tronco de uma árvore cortada pelo mesmo processo. Seguiram pela picada acautelados, em direção a uma praia. Ali, observaram rastros estranhos. Algumas pegadas se dirigiam para o mar adentro, enquanto outras acompanhavam a linha da praia. Continuando a investigação, cada vez mais curiosos e sempre protegidos pela vegetação da orla costeira, descobriram ao anoitecer um acampamento. Discutiram sobre quem seriam os estranhos que de longe observavam. Depois

² Além de xokleng, botocudo e bugre, há na literatura as denominações xokrén, aweikoma e kaingang para designar este grupo indígena. Nenhuma dessas designações tem fundamento numa autodenominação do grupo, foram termos consagrados pelos brancos. Xokleng é o termo pelo qual o grupo aparece sistematicamente na literatura antropológica. Botocudo é um termo de designação pós-contato que é aceito pelos índios. Entretanto, hoje, alguns índios procuram outra autodesignação, preferindo o termo “lacranon”, que quer dizer “povo ligeiro” ou “povo que conhece todos os caminhos”, conforme informações fornecidas pelo professor Namblá Gakrã ao antropólogo Flávio Wiick. Linguisticamente, os xokleng filiam-se ao grupo kaingang e ao macrogrupo jê. Destaco ainda que, por uma convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia, os termos indígenas são grafados somente no singular, como por exemplo, os xokleng.

de muitas interrogações, decidiram atacá-los para se apropriarem dos instrumentos cortantes, que permitiam enorme facilidade no corte de arbustos e árvores. Durante a madrugada assaltaram a barraca improvisada e mataram seus ocupantes. A seguir, puseram-se a examinar o que ali havia. Logo descobriram um machado, alguns facões e umas tantas facas. Ao amanhecer, ansiosos, examinaram detalhadamente os cadáveres daqueles seres cabeludos e barbados. Tiraram suas roupas com cuidado, para observar seus corpos peludos. As botinas, responsáveis pelos estranhos rastros, foram minuciosamente analisadas, bem como suas roupas. Colocaram alguns dos mortos de pé, apoiados em alguns paus, e de longe cogitaram sobre a possibilidade de serem esses “outros” seres humanos verdadeiros. A certa altura dão-se conta de questões que não podiam responder. Separaram os instrumentos cortantes e queimaram todo o resto. A seguir voltaram ao encontro do grupo principal, carregados com os instrumentos de ferro e cheios de novidades. As demonstrações entusiásticas do poder do machado e das facas a todos envolveu. Muitas disputas logo ocorreram por sua posse. E não poucos começaram a incursionar pelo litoral, pretendendo encontrar novos acampamentos daqueles seres estranhos, senhores de preciosos instrumentos cortantes.

Os artefatos de ferro chegaram assim aos xokleng, sem que de fato houvesse contato direto entre eles e os novos homens que estavam chegando ao seu território. Diligentes, os indígenas logo adaptaram os instrumentos de ferro dos brancos às suas armas tradicionais. As pontas de flecha feitas com madeira endurecida ao fogo, ou com lascas de pedra, foram em parte substituídas por pontas de ferro. A forma dessas pontas foi, entretanto, mantida. Com as lanças ocorreu o mesmo. As enormes pontas de madeira foram substituídas por similares de ferro.

Foice e outros instrumentos dos brancos foram cuidadosamente reelaborados para alcançarem a forma desejada. Um trabalho paciente para quem não dominava as técnicas de forja e do ferro batido. O resultado, entretanto, era compensador. O ferro deu aos xokleng, muito tempo antes da “pacificação”, uma nova superioridade, tanto para as atividades de caça como para a guerra.

O ferro foi assim um atrativo para os índios se aproximarem dos “brancos”. Observá-los à distância, objetivando o encontro de oportunidade para se apropriarem de suas ferramentas, passou a ser uma maneira de os xokleng “pesquisarem” o cotidiano daqueles seres que para eles continuaram sendo muito estranhos e, provavelmente, não humanos.

Proclamada a independência (1822), o Brasil passou a favorecer a imigração de europeus. No Sul foram criadas diversas colônias oficiais. Também foram feitas concessões para empresas privadas que assumiram o compromisso de promover a localização de imigrantes. No Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes alemães chegaram em São Leopoldo (1824). Em

Santa Catarina, a colonização começou em 1829, em São Pedro de Alcântara, próximo a Florianópolis. No Paraná, imigrantes começaram a ser localizados no rio Negro, a partir de 1829.

Os governos provinciais e monárquico estavam interessados na ocupação das terras localizadas entre o litoral e o planalto. Os vales litorâneos, cobertos com exuberantes florestas, e as encostas do planalto até então não haviam sido explorados. Toda essa área era considerada como desabitada, embora há muito se soubesse da presença de indígenas ali. A idéia de um “vazio demográfico” prevaleceu nas decisões oficiais.

Toda essa área, em que os imigrantes começaram a ser localizados, era território tradicional dos xokleng. Esses índios foram envolvidos simultaneamente pelas frentes de colonização que se instalaram no Rio Grande, em Santa Catarina e no Paraná. Suas condições de sobrevivência ficaram, assim, ameaçadas. Os imigrantes, por sua vez, enfrentaram diferentes problemas em seu processo de adaptação. Em muitos casos, as terras eram inadequadas. Muitas colônias não dispunham de infra-estrutura mínima que garantisse o escoamento da produção. Ocorreram problemas de inadaptação ao clima, devido ao calor e à umidade, e ao domínio de novas formas de cultivo. Não poucos fracassaram. Outros abandonaram as colônias, indo para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho.

Intensificando-se a colonização em Santa Catarina, com a instalação das colônias Blumenau (1850) e Joinville (1851), a cada dia mais terras eram tomadas aos xokleng. A partir de 1870, começaram a chegar italianos. Diversas colônias foram abertas também no sul do estado, como Urussanga e Nova Veneza. A floresta dava lugar às cidades, às estradas, às propriedades de colonos, com seus pastos e roças. Não poucos foram os empreendimentos madeireiros. Os estoques de caça e outros recursos alimentícios que a floresta proporcionava, como o palmito e o pinhão, foram logo disputados pelos recém-chegados. À falta de como prover suas necessidades alimentares, os indígenas passaram a assaltar as propriedades dos colonos. Ou a atacá-los em seus locais de trabalho e de trânsito. Neste contexto, a violência se exacerba. A terra estava sendo usurpada ao índio pela força. Os governos tinham seus interesses. As companhias de colonização também. É fácil compreender, portanto, que em muitos casos tanto o índio como o colono foram vítimas.

O território tradicional dos xokleng foi, portanto, objeto de um plano de ocupação sistemático e irreversível. Os governos e as companhias de colonização estavam em acordo, inclusive, quanto à conveniência de se minimizar a presença indígena. Diziam que os índios viviam no distante sertão e que esporadicamente faziam incursões às florestas e vales litorâneos. Para os colonos, a existência de índios nas terras que estavam adquirindo era mais do que uma surpresa. Era um fator de risco, de insegurança. O cenário

para a ocorrência de acontecimentos trágicos, em particular para os índios, estava montado.

As notícias sobre a presença dos xokleng nas áreas que estavam sendo cogitadas para o estabelecimento de imigrantes eram do conhecimento tanto dos governos monárquico e provincial como dos interessados nos negócios da colonização. Em 1808, logo após a chegada de D. João VI ao Brasil, foi emitida uma carta régia determinando que se fizesse guerra aos índios que faziam incursões nas cercanias de Lages. Em seguida, em 1814, em Caldas da Imperatriz, nas cercanias de Florianópolis, aconteceu um ataque dos índios aos milicianos do rei que guardavam aquelas terras. O fato foi devidamente registrado numa placa de bronze colocada no local. Depois, em 1836, registrou-se um ataque nas proximidades de Camboriú. Outras notícias sobre conflitos com índios aparecem, nessa época, esparsas em toda a região Sul.

Visando dar segurança aos colonos que chegavam, o governo provincial criou uma “companhia de pedestres” (Lei n.º 28, de 25/4/1836). A iniciativa governamental, entretanto, pouco adiantou. Os indígenas dominavam um extenso território. Os encontros com os brancos eram ocasionais e não havia como uma pequena tropa para assegurar tranqüilidade no sertão. Em verdade, o território indígena estava sendo invadido e os índios reagiam à presença dos imigrantes. O estabelecimento de critérios que assegurassem aos índios os espaços territoriais que necessitavam para sobreviver não interessava, evidentemente, aos governos e aos mandatários dos negócios da colonização.

Logo após a instalação da colônia Blumenau, aconteceu um episódio singular e que bem exemplifica como eram difíceis as possibilidades de entendimento entre os índios e os recém-chegados. Operários que terminavam a casa do dr. Blumenau, onde hoje é o bairro da Velha, no dia 28 de dezembro de 1852, foram surpreendidos com a presença de alguns índios nas imediações da residência. Certamente, logo pegaram suas armas e gritaram, em alemão, para que os índios se afastassem. Como tal não aconteceu, pois os índios nada entendiam da língua dos brancos e estavam muito curiosos e entretidos com as plantações, equipamentos e instalações no entorno da casa, os trabalhadores em seguida deram alguns tiros para assustá-los. Como resultado do “susto”, no dia seguinte um índio foi encontrado desfalecido em consequência de ferimento à bala. Logo depois, este índio morreu.

Este episódio foi objeto de cartas enviadas ao dr. Blumenau, que neste momento se encontrava na Alemanha, com o registro de que algumas flechas foram encontradas nas cercanias e de que a perseguição aos “bugres” foi interrompida por já ser noite. Informava-se também que o índio morto era robusto, tinha aproximadamente 20 anos e usava, no lábio inferior “um

pedaço de madeira, característico da tribo dos botocudos”.³ Denota-se deste episódio que os imigrantes sabiam da existência dos índios e que a sua segurança era dada pelo uso continuado de armas de fogo, em particular espingardas.

Na medida em que o número de colônias foi aumentando, a reação indígena vai sendo noticiada com maior intensidade. Alguns colonos foram atacados e uns poucos mortos. Em contrapartida, aumenta a violência contra os índios. Os colonos reclamam continuamente da falta de segurança nas colônias e, em certas situações, ameaçam abandonar seus lotes. Em 1856, o presidente da província, dr. João José Coutinho, em sua “falla” à assembléia dizia “que a única maneira realmente eficaz seria obrigar estes assassinos e filhos de bárbaros a deixarem a floresta, localizando-os em lugares dos quais não pudessem fugir”.⁴ Ainda neste ano, o dr. Blumenau reclamava que a Companhia de Pedestres, à época com 70 homens, estava mal equipada. A “tropa” acabou sendo dissolvida em 1879 por falta de verbas para mantê-la.

Os governos do império e da província também tentaram estimular os trabalhos de catequese dos índios. Em 1868, os padres capuchinhos Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza foram comissionados para iniciar trabalhos de catequese em Lages e Itajaí. Em 1885, o Ministério da Agricultura encarregou o frei Luiz de Cimitile, antigo missionário de aldeamentos indígenas no Paraná, para se estabelecer em Santa Catarina. O frei recebeu alguns recursos financeiros concedidos pelo ministério, mas não teve êxito em sua missão. As tentativas de catequese, entretanto, continuaram.

Simultaneamente, outros esforços foram feitos para aldear os índios. Grupos de “batedores do mato” foram organizados em diversas colônias. Em Blumenau, Frederico Deeke, que chefiava uma dessas turmas, foi credenciado pelo dr. Blumenau para procurar e contratar um intérprete que facilitasse o contato com os índios. Este experimentado desbravador conseguiu contratar tal auxiliar, porém contatos amistosos não conseguiu. Uma outra tentativa de aldeamento foi feita em Papanduva pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, em 1877. Pelo que se sabe, nenhum índio foi atraído.

As expedições de vingança ao interior do sertão para revidar ataques cometidos pelos indígenas eram conhecidas no Brasil desde os tempos coloniais. As colônias e o governo provincial logo começaram a organizar e remunerar grupos armados que adentravam na floresta com o intuito de dizimar os índios em seus acampamentos. A justificativa oficial era afugentar os indígenas “para longe dos lugares habitados” (“falla” do presidente da

³ Essa carta ao doutor Blumenau foi escrita pelo professor Ostermann (e reproduzida em *Blumenau em Cadernos*, IX (9), 1970). O doutor Fritz Müller também enviou uma carta ao doutor Blumenau, comentando o episódio (cf. Santos 1973: 61-62).

⁴ “Falla” é o mesmo que relatório ou, atualmente, “mensagem” à assembléia. Neste caso, trata-se da “falla” do doutor João José Coutinho, de 1856, conforme Santos (1973: 65).

província João Tomé da Silva, citado em Santos 1973: 79). As palavras “bugreiro”, “caçadores de índios”, “tropas” e “montarias” logo começam a aparecer nos documentos oficiais e no noticiário dos jornais.

Na “falla” à assembléia de 1876, o presidente da província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, informava:

Em alguns pontos da Província, como na Barra Velha, vila de Joinville, Costa da Serra, Curitibaanos e Colônia Militar Santa Tereza, houve diversas correrias dos selvagens, algumas dellas seguidas de funestas conseqüências, sendo elles enérgicamente repellidos, já pelos habitantes, a defenderem o lar das violências que o assaltavão, e já pelo acêrto das medidas empregadas pelas autoridades (...).

Nessa mesma “falla”, em anexo, o chefe de polícia da província apresentava seu relatório, esclarecendo sobre os indígenas que “na Barra Velha e Villa de Joinville o aparecimento deles, em os mezes de Janeiro e Fevereiro, poz em alarma os moradores desses districtos; saindo, porém, d'entre estes alguns homens mateiros, embrenharão-se nas matas e afugentaram os selvagens” (citado em Santos 1973: 79).

Pouco antes, em 3/1/1874, o jornal *Kolonie Zeitung*, de Joinville, noticiava que havia partido no dia 28 de dezembro de São Bento a maior expedição aprovada pelo presidente da província para combater os “bugres” que circulavam nas imediações de Joinville e Blumenau. A expedição era formada por 31 homens e era dirigida pelo vaqueano João dos Santos Reis.

E em 1880, o governo provincial relatava à assembléia, com a maior simplicidade, que “para afugentar [os índios] tomei as medidas de costume: recorri aos batedores de matto” (citado em Santos 1973: 80-81).

O noticiário telegráfico do *Jornal do Comércio* (Florianópolis), do ano de 1883, dá-nos vários exemplos referentes à autorização de despesas pelo governo para o extermínio indígena. Em 22 de fevereiro, “Ao Exmo. Sr. Coronel Vice-Presidente da Província, n.º 39, solicitando, em vista do officio do delegado de Tubarão, que S. Excia. dignou-se enviar a esta chefia (...) autorização para que seja despendida a quantia de 200\$000 rs com o serviço de afugentar os indígenas daquela paragem (...)”. Dia 23 do mesmo mês, ainda dirigido ao vice-presidente, com o n.º 41, “propõe esta chefia a S. Excia. se digne autorizar o dispêndio de 300\$000 rs (...) no pagamento de vaqueiros que batam as matas e afugentem os selvícolas”. No dia 24, outro telegrama dirigido ao delegado de S. Francisco autoriza despesas com batedores de mato para “garantir a população dos assaltos dos selvagens no Jaraguá” (citado em Santos 1973: 84-85). E a lista prossegue, dando-nos idéia da chacina que ocorria no sertão.

Em 5 de junho de 1904, o *Jornal Novidades* (Itajaí) comenta matéria publicada no *Blumenau Zeitung* sob o título “Como se Civiliza no Século Vinte”. Neste texto, o jornal de Blumenau denuncia as atrocidades cometidas

pela turma incumbida pelo governo para “afugentar” os índios (cf. Santos 1973: 84-85).

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham grande conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em seus acampamentos, de surpresa. Para as vítimas, havia poucas possibilidades de fuga.

O mais conhecido bugreiro em Santa Catarina foi Martinho Marcelino de Jesus, ou Martinho bugreiro. Nascido por volta de 1876, em Bom Retiro, trabalhou em Taquaras na fazenda do major Generoso de Oliveira. Depois do casamento, morou com os sogros na serra da Boa Vista. A seguir, mudou-se para o lugar Caeté, no município de Alfredo Wagner, voltando depois a morar em Bom Retiro, no distrito de Catuíra. Dedicava-se à criação e ao comércio de gado. Foi nessa condição de criador, isto é, pequeno fazendeiro, que começou a atender pedidos de particulares e do governo para “afugentar” os índios. Volta e meia estava em Florianópolis, prestando contas ao governo. No início do século, comandou diversas expedições no vale do Itajaí. Em algumas de suas estadas em Blumenau foi fotografado com sua turma e suas vítimas.

Para dar segurança aos colonos que se fixavam em Ituporanga e Barracão, foi nomeado gerente da Cia. Colonizadora Santa Catarina, por seu diretor, coronel Carlos Poeta. Entre 1923 e 1928, Martinho esteve a serviço do agrimensor de terras Carlos Miguel Koerich, que fazia seu trabalho nas regiões de Barracão, Anitápolis, Esteves Junior, Angelina e Brusque. Participou contra a revolução constitucionalista de 1932, oportunidade em que, estando aquartelado em Itararé, deu um depoimento dizendo que em Santa Catarina “tinha liquidado muitos bugres” (cf. Santos 1973: 89-91).

Segundo um depoimento que obtive do bugreiro Ireno Pinheiro, em 1972, na localidade de Santa Rosa de Lima, afugentavam-se os índios

pela boca da arma. O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança. Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo quando eu fiz uma batida. Usei Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros. Meu companheiro, não sei. Eu atirava bem (citado em Santos 1979).⁵

⁵ Os dados apresentados referem-se a uma entrevista que realizei com um bugreiro em Santa Rosa de Lima (SC).

No sul do estado, Natal Coral, Maneco Ângelo e um tal Veríssimo, entre outros, tornaram-se famosos como líderes das “batidas” e pela violência com que assaltavam os acampamentos dos índios.

Bugreiro ou, mais explicitamente, o caçador de índios, foi assim uma profissão criada e necessária ao capitalismo em expansão nesta parte da América.

A violência que acontecia no interior do sertão repercutiu na imprensa, nas áreas urbanas e, também, no exterior. Um longo debate ocorreu. Muitos eram de opinião que os índios eram um obstáculo ao progresso do país e que deveriam ser, simplesmente, eliminados. Esses, em verdade, assumiam publicamente uma prática do que vinha acontecendo de maneira às vezes camuflada, outras vezes aberta, desde os tempos da colônia. Isto é, o genocídio indígena. Outros, mais generosos, defendiam o fim da carnificina, da violência. Esses humanistas justificavam sua posição dizendo que os indígenas eram seres humanos e como tais tinham o direito à vida e ao convívio com a civilização.

Em Santa Catarina, este debate se acentuou no início deste século quando foi fundada em Florianópolis, no ano de 1906, a “Liga Patriótica para a Catechese dos Selvícolas”. A liga era consequência do esforço do então major-engenheiro Pedro Maria Trompowsky Taulois, positivista e maçom, para dar fim à violência contra os índios, tendo o apoio de um pequeno grupo de políticos, humanistas e intelectuais. Gustavo Richard, então governador, foi escolhido seu presidente de honra.

A liga se envolveu forte no debate que acontecia na imprensa, opondo-se às investidas que o jornal *Der Urwaldsbote*, editado em Blumenau, fazia contra os índios.

Ainda em 1906, Taulois convidou o naturalista e etnógrafo tcheco Albert Vojtech Frič⁶ para assumir a “pacificação” dos xokleng. Frič fazia a sua terceira viagem à América do Sul e conhecia a violência que era cometida contra os índios, pelos governos e companhias de colonização. Era também um humanista. Sua chegada em Florianópolis e, depois, em Itajaí, Blumenau, Curitiba e Palmas foi devidamente noticiada. O jornal *Der Urwaldsbote* publicou diversos artigos criticando os objetivos de Frič e da liga, bem demonstrando o cenário de insegurança que dominava os colonos.

Frič resumia seu projeto numa aproximação pacífica com os xokleng, com o apoio de índios kaingang; na reserva de uma área suficiente para os indígenas terem condições de sobrevivência; na punição das caçadas e negócios de escravos feitos pelos bugreiros; na devolução das crianças capturadas aos seus pais; e na prática da compreensão e da crença no progresso humano. Frič, entretanto, acabou regressando à Europa sem ter

⁶ Deve-se pronunciar “Fritch”, de acordo com Stauffer (1960: 169).

colocado em prática seu plano, pois havia sido descredenciado de sua condição de representante do Museu Real Etnográfico de Berlim, e perdeu seu vínculo com o Museu Etnográfico de Hamburgo. Tudo indica que isto aconteceu por pressões exercidas pelas companhias de colonização alemãs, que atuavam em Santa Catarina.

Foi no cenário do XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, em 1908, que Frič reapareceu. Apresentou um extenso trabalho sobre as iniquidades que se praticavam contra os indígenas no sul do Brasil, em nome da colonização e do “progresso”. Denunciou que a “colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios, mortos sem compaixão pelos bugreiros, atendendo os interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terras e do governo”. E finalizou, solicitando que o congresso “(...) protestasse contra êstes atos de barbárie para que fôsse tirada esta mancha da história da moderna conquista européia na América do Sul e dado um fim, para sempre, a esta caçada humana” (citado em Stauffer 1960: 169-172).

As denúncias de Frič repercutiram na imprensa européia. No Brasil, a questão tornou-se motivo de amplo debate, quando o professor Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, tentou refutar as declarações do etnógrafo tcheco. Ihering disse na ocasião, referindo-se aos kaingang de São Paulo, que “os índios não representam um elemento de trabalho e progresso” e propôs o seu extermínio (cf. Stauffer 1960: 177, Santos 1973: 116-120).

O nacionalismo embrionário da Velha República, inspirado no positivismo, recolocava a questão indígena como responsabilidade do estado. A discussão se espalhou pelo país e o governo da república acabou criando, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Os ideais de Frič, de Taulois e da liga, afinal, prevaleceram.

Logo após ter sido criado o SPI, o general Cândido Mariano da Silva Rondon designou o tenente José Vieira da Rosa para atuar como inspetor em Santa Catarina. A idéia era estabelecer a paz no sertão, eliminando-se as ações violentas dos bugreiros. Aos índios pretendia-se demonstrar que havia intenção do governo em estabelecer um contato amistoso. As dificuldades a vencer eram muitas e logo o novo serviço começou a receber inúmeras críticas. Os índios prosseguiram em seus ataques às propriedades dos brancos, em busca de alimentos e ferramentas. As ações deflagradas por Vieira da Rosa mostraram-se insuficientes para conter os indígenas e evitar as pressões exercidas pelas colônias. As representações diplomáticas da Itália e Alemanha exigiam que o governo brasileiro garantisse a segurança dos imigrantes. A direção do SPI resolveu então dar mais atenção à região Sul, instalando “postos de atração” em diferentes pontos do vale do Itajaí e na região do rio Negro (Porto União), onde os índios haviam atacado os operários que construíam a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e ameaçavam imigrantes que esta-

vam sendo instalados ao longo da linha férrea. A equipe de sertanistas foi ampliada e o próprio vice-diretor do órgão, Manoel Miranda, se deslocou para Ibirama para incentivar os trabalhos e obter das autoridades locais o apoio e a compreensão necessários ao êxito dos sertanistas.

Nas vizinhanças do rio Negro, à época sob jurisdição do Paraná, em 1912, Fioravante Esperança, sertanista do SPI, logrou a aproximação com um subgrupo xokleng. Poucas semanas depois, entretanto, devido à presença no “posto de atração” de um grupo de fazendeiros que costumava perseguir os índios, ocorreu uma tragédia. Os índios, desconfiados, cercaram os visitantes e a equipe do sertanista e os massacraram. Fioravante Esperança tentou, inutilmente, demover os índios de seu intento, morrendo sem fazer uso de suas armas. Depois, os indígenas fugiram para a mata e só voltaram a aceitar o convívio com outro grupo do SPI em 1918.

No Alto Vale do Itajaí os trabalhos de atração prosseguiram. Em 1914, uma pequena equipe de funcionários do SPI, liderados pelo jovem Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, conseguiu finalmente estabelecer o contato pacífico com os xokleng. Hoerhan mantinha “postos de atração” nos rios Plate e Krauel, afluentes do Hercílio. Alguns índios kaingang e experimentados mateiros colaboravam nas tarefas de atração. Presentes eram colocados em diferentes pontos nas trilhas nas quais a presença indígena era detectada. No entorno dos postos, roças foram feitas visando oferecer alimentos para os índios. Nas torres de vigia, gramofones tocavam diferentes músicas. Inten-tava-se demonstrar aos índios que os ocupantes daqueles postos estavam dispostos a um relacionamento pacífico.

Finalmente, em 22 de setembro, Hoerhan, num ato de coragem, atravessou nu e desarmado o espaço de uma clareira às margens do Plate e confraternizou com os índios. A “pacificação” estava em marcha, na versão dos brancos. Para os xokleng, entretanto, eles é que estavam conseguindo “amansar” Hoerhan e seus companheiros. Isto era a razão das contínuas exigências que faziam aos servidores do SPI.

As ações do SPI não foram estendidas para outras regiões do estado. No Sul, os bugreiros continuaram dizimando os integrantes de um terceiro subgrupo xokleng. Desse subgrupo, há notícias de que uns poucos sobreviventes arredios ao convívio chegaram até os anos 70, refugiados nas encostas da Serra Geral e na Serra do Tabuleiro.

Em Ibirama, apesar de todos os cuidados de Hoerhan, os xokleng começaram a vivenciar a trágica experiência do convívio com os brancos.

Estabelecido o contato pacífico com os índios, era necessário criar as condições para garantir a sua sobrevivência. Isto não aconteceu. Em verdade, o SPI tinha adquirido experiência de como efetivar a atração. Sabia que a reserva de terras era fundamental, bem como o estabelecimento de um clima de confiança e de apoio para atender os indígenas em suas necessidades mais

imediatas. Mas dificuldades de toda ordem dificultaram a compreensão do complexo quadro que se iniciava quando um grupo indígena estabelecia o convívio com representantes da sociedade nacional. Os ideais positivistas de Rondon e de seus companheiros logo se revelaram insuficientes para atender a realidade crua que emergia do contato. Não existiam conhecimentos científicos, especialmente nas áreas de antropologia e biologia, para orientar sobre o que fazer. Hoje, também é relativamente fácil compreender que o SPI havia surgido para atender os interesses da sociedade nacional e não dos indígenas (cf., por exemplo, Lima 1995). À época dos acontecimentos que estamos tratando, porém, esta compreensão era quase impossível.

De início, Hoerhan tentou atender os indígenas em suas necessidades mais imediatas. Preocupado com a segurança dos índios, tratou de mantê-los próximos ao posto de atração. Para tanto, precisava alimentá-los. A aquisição de gado, entretanto, dependia de verbas e essas eram escassas. Para manter os indígenas no local em que ocorreu a atração, na confluência dos rios Plate e Hercílio, foi necessário iniciar uma longa discussão com o governo do estado e com a Cia. Colonizadora Hanseática, que havia adquirido tal área de terras do estado.

Paralelamente, a gripe, o sarampo, a coqueluche, a pneumonia, as doenças venéreas, etc., começaram a fazer suas vítimas entre os indígenas. Além da falta de recursos para a aquisição de medicamentos, não havia corpo médico disponível para socorrer os índios. Hoerhan teve que assumir também a condição de “prático” nessa área. A alimentação dos índios passou a ser garantida por produtos agrícolas. Isto, certamente, teve graves implicações na sua resistência às doenças endêmicas que atingiam o grupo. As incursões na floresta para a prática da caça, tão a gosto dos índios, foi desestimulada para não deixá-los à mercê de alguma violência praticada pelos brancos que viviam no entorno da reserva. Os rituais de “furação” do lábio inferior dos jovens para a inserção do tembetá, de tatuagem das pernas das meninas e de cremação dos mortos foram proibidos por Hoerhan para evitar as aglomerações que facilitavam a disseminação das doenças endêmicas. A desmotivação de vida e o desespero pela perda dos parentes também afetaram profundamente os sobreviventes.

Em pouco tempo, a maioria dos indígenas havia morrido. Hoerhan tinha contatado, em 1914, aproximadamente 400 índios. Em 1932, quando o antropólogo Jules Henry começou extenso trabalho de pesquisa entre os xokleng, só havia 106 índios (cf. Santos 1973: 181, Henry 1941).

Isto desesperou a tal ponto o pacificador que, certa ocasião, disse: “se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseravelmente, os teria deixado na mata, onde ao menos morriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam” (cf. Ribeiro 1977: 316).

A miscigenação entre os xokleng com os índios kaingang e com os brancos também aconteceu. Disto resultaram inumeráveis hierarquizações internas, contribuindo, em momentos de tensão, para a exacerbação do “faccionalismo” que caracteriza os povos jê, entre eles os xokleng.

Tudo isto deve ser compreendido como um processo de mudança. Os xokleng foram levados a passar da condição de caçadores e coletores nômades para a situação de povo sedentário confinado numa reserva. As mudanças da vida cotidiana que vivenciaram não foram pequenas: da dieta alimentar às roupas, às ferramentas, aos medicamentos industrializados, ao aprendizado de uma nova língua, às pressões religiosas, etc. Sofreram ainda a perda de sua autonomia, de sua liberdade de ir e vir, sujeitando-se à tutela do SPI. Mas, por outro lado, revelaram-se bastante capazes para manter o grupo enquanto uma unidade étnica diferenciada. Para tanto, reelaboraram continuamente diferentes aspectos de sua cultura tradicional, ao mesmo tempo que desenvolveram estratégias para continuar a enfrentar os brancos enquanto índios, enquanto xokleng.

Em 1967, o governo militar resolveu extinguir o Serviço de Proteção aos Índios. Uma série de escândalos recentes, envolvendo entre outros a utilização do patrimônio indígena e o uso do índio como mão-de-obra escrava, orientou a decisão do poder militar. Pretendia-se, com essa iniciativa, minimizar a repercussão que tais acontecimentos estavam tendo no exterior.

Em substituição ao SPI, o governo criou a Fundação Nacional do Índio (Funai). A este órgão foram acometidas todas as atribuições de defesa e tutela das populações indígenas no país, visando a sua “integração à comunidade nacional”.

Algumas mudanças paliativas logo foram feitas. Funcionários foram demitidos. Outros foram contratados, sendo muitos desses militares da reserva. Também as denominações dos postos indígenas mudaram. Assim, o Posto Indígena Duque de Caxias passou a se chamar Posto Indígena Ibirama e, mais tarde, Área Indígena Ibirama.⁷

Funcionários se sucederam na chefia do posto. Estradas foram abertas no interior da reserva, permitindo a circulação de veículos e pessoas. A população indígena intensificou assim seus contatos com a sociedade regional.

A exploração dos recursos florestais disponíveis na área indígena foi uma consequência imediata. Primeiro, os indígenas foram estimulados para comercializar o palmito, atendendo as ofertas das empresas dedicadas à fabricação de conservas. Depois, gradativamente, as madeiras nobres começaram a ser objeto de diferentes negociações, na maioria das vezes nada honestas. A própria Funai patrocinou muitos contratos, pois entendia que a

⁷ Sobre o funcionamento do Posto Indígena Ibirama, cf. Santos (1970).

área indígena integrava o patrimônio da união, cabendo a ela, Funai, administrá-la visando à obtenção de recursos para que o órgão pudesse dar conta de “sua missão”.⁸

Conclusões

A experiência de contato com os “brancos” foi altamente negativa para os índios. Populações inteiras foram dizimadas, vítimas de doenças desconhecidas, do trabalho escravo, da desorganização social e de guerras intestinas. A dúvida sobre a condição humana dos indígenas facilitou toda a sorte de violência e espoliação. Mas também aconteceram relações amistosas, motivadas pela curiosidade de parte a parte. Em alguns casos, certas práticas da organização social indígena, como o “cunhadismo”, facilitaram as alianças com os “brancos” e incentivaram a miscigenação.

No Sul do Brasil, o processo de submissão dos xokleng foi tomado como paradigmático. Este processo, paradoxalmente, foi suficientemente documentado, em particular no que se refere às ações de extermínio promovidas por bugreiros. Os poucos indígenas que sobreviveram à experiência de convívio com os “brancos” lutam, hoje, em busca de espaços sociais e políticos que lhes garantam um mínimo de condições para assegurar sua reprodução enquanto grupo diferenciado.

Conclui-se, pois, que para os povos indígenas a ocupação “branca” do território que hoje forma o país Brasil foi uma catástrofe. Catástrofe irreversível, motivada por inovações tecnológicas e por aparatos ideológicos que deram aos “brancos” um falso sentimento de superioridade que, lamentavelmente, chega até aos dias do presente.

BIBLIOGRAFIA

- BARTOLOMÉ, Miguel, 1997, *Gente e Costumbre y Gente de Razón: las Identidades Étnicas en México*, México, DF, Siglo XXI – INI.
- HENRY, Jules, 1941, *Jungle People: a Kaingáng Tribe of The Highlands of Brazil*, Nova Iorque, J. J. Augustin Publisher.
- LIMA, Antonio Carlos Souza, 1995, *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar; Indianidade e Formação do Estado no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes.
- MÜLLER, Sálvio, 1987, *Opressão e Depredação*, Blumenau, Editora da FURB.
- RIBEIRO, Darcy, 1977, *Os Índios e a Civilização*, Petrópolis, Editora Vozes, 2.^a edição.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos, 1970, *A Integração do Índio na Sociedade Regional: a Função dos Postos Indígenas em Santa Catarina*, Florianópolis, Imprensa Universitária/UFSC.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos, 1973, *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a Dramática Experiência dos Xokleng*, Florianópolis, Edeme.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos, 1979, “Bugreiro”, *Xilos*, catálogo da exposição de Elvo Damo, Curitiba.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos, 1998, *Nova História de Santa Catarina*, Florianópolis, Terceiro Milênio, 4.^a edição.
- STAUFFER, David Hall, 1959-1960, “Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios”, *Revista de História*, 37 e seguintes.

⁸ Sobre a exploração florestal na área indígena, cf. Santos (1973) e Müller (1987).

Silvio Coelho dos Santos

ENCOUNTERS OF STRANGERS BEYOND
THE "OCEAN SEA"

Indigenous peoples who occupied what is now Brazilian territory were terribly affected by the arrival of Europeans. The diffusion of diseases, slavery and economic and social desorganization fastly annihilated the majority of these populations, who had welcomed the white people arriving at the shores of the South Atlantic with curiosity and friendship. The present article seeks to document this dramatic reality, by focussing on the relationship between the xokleng and the European descendents in 19th Century Southern Brazil.

Universidade Federal de Santa Catarina e CNPq, Brasil
silvio@cfh.ufsc.br